



ATA Nº 12/2022

Aos 20 dias do mês de setembro de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da quarta sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Deliberar sobre a 2ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais 2022;
3. Deliberar sobre os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, no Domínio da Educação, do Município de Espinho nos Agrupamentos de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida e Dr. Manuel Laranjeira para o período compreendido entre 1/9 a 31/12 de 2022;
4. Deliberar sobre a adenda aos Contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia no âmbito do investimento em infraestruturas e rede viária – Freguesia de Espinho e União de Freguesias de Anta e Guetim;
5. Deliberar sobre a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022;
6. Deliberar sobre a proposta de celebração de adenda ao “ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE ESPINHO PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO para atualização dos recursos financeiros para 2023 (Anta e Guetim, Espinho, Paramos e Silvalde);
7. Deliberar sobre a aplicação automática das Tarifas Sociais da Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos;
8. Deliberar sobre a proposta de projeto de reativação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Espinho;
9. Deliberar sobre a candidatura da Arte-Xávega de Espinho ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial;
10. Deliberar sobre a proposta de Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Espinho;
11. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
12. Aprovar as atas;
13. Apreciar as informações escritas do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;
14. Deliberar sobre a Proposta de Projeto de “Regulamento de utilização de espaços que integram os estabelecimentos escolares fora do período das atividades escolares”.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro. da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Rui Manuel Martins Fidalgo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Jorge Eduardo da Nave Pina por Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho Guedes, Álvaro Paulo Alves Leite por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão não seria transmitida em direto de acordo com o parecer emitido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Informou que para o período de antes da ordem do dia tinha entrado uma recomendação do BE que a seguir se transcreve: "Pela gratuidade dos transportes públicos: Considerando que: a) O transporte individual é o principal fator de promoção do aumento das emissões de Gases de Efeito de Estufa, em particular o CO₂; b) Os transportes públicos devem ser a espinha dorsal da mobilidade nos municípios. É através de uma rede ampla e eficiente de transportes públicos que é possível garantir o direito à mobilidade das e dos cidadãos. Essa rede de transportes públicos deve estar articulada, garantindo a adequação e a integração dos meios mais pesados, como os comboios, os autocarros ou os elétricos. Um sistema de transportes públicos



deve ser fiável e confortável, ter uma rede ampla e horários abrangentes. Só estas condições, aliadas a um tarifário acessível, permitem que os transportes públicos sejam alternativa ao automóvel individual. c) Para melhorar a qualidade do ar, o relatório de 2020 da Agência Europeia do Ambiente preconiza a promoção do uso de transportes públicos, nomeadamente de emissões reduzidas. d) Desde a implementação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e do PROTransP (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público), muitos municípios têm vindo a encetar um caminho de criação de redes de transporte públicas, bem como de redução muito significativa do preço dos passes ou até a sua gratuitidade em alguns segmentos da população. e) Este é um caminho que, aliás, cada vez mais cidades, um pouco por toda a Europa, estão a seguir, considerando os benefícios ambientais, sociais e de saúde, estando interligado com o reforço constante em redes de transportes públicos adequadas à realidade de cada município. f) Num momento de inflação que provoca a subida do preço de bens essenciais ou dos combustíveis, ao mesmo tempo que os salários não têm a atualização correspondente, é fundamental que a gratuitidade dos transportes públicos possa ser uma realidade no nosso município. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida a 20 de Setembro de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal que: 1 - Junto da autoridade de transportes, pugne pela gratuitidade progressiva do passe de transporte; 2 - O caminho da gratuitidade deve iniciar-se com as pessoas desempregadas, jovens até aos 23 anos (inclusive), pessoas com 65 anos ou mais e, também, as pessoas com deficiência. A presente recomendação, a ser aprovada, deverá ser remetida às seguintes entidades: Presidente da República; Primeiro-Ministro; Todos os Ministérios; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Espinho; Juntas de Freguesia do concelho de Espinho; Assembleias de Freguesia do concelho de Espinho; Comunicação social local e nacional.”

Ana Rezende (CDU) referiu que aquela recomendação tem sido uma das bandeiras da CDU, nas autarquias como também no parlamento e que tem sido implementada nos concelhos onde existiam autarcas da CDU, como, por exemplo em Matosinhos, sendo que a CDU era pai e mãe daquela ideia para o país.

Alexandra Bastos (PSD) disse que era um valor transversal e que estava na atualidade da política de mobilidade quer para os municípios quer para o território nacional e que, não havendo graves entraves financeiros, poderiam começar a ponderar aquele tipo de políticas.

Teixeira Lopes (PS) disse que quer sob o ponto de vista da mobilidade, quer sob o ponto de vista da qualidade do ar, da inflação, de uma cidade onde predominava a terceira idade, necessariamente que aquela recomendação se justificava.

Presidente CME disse que concordava e que considerava ser aquele o caminho e sugeriu que a recomendação fosse enviada também para a AMP uma vez que era a entidade que estava a gerir os transportes. Acrescentou que o município tinha a intenção de adquirir 3 viaturas elétricas para promover a mobilidade interna de forma gratuita, facilitando a mobilidade por todas as freguesias com percursos inteligentes.

João Matos (BE) disse que considerava pertinente a sugestão do Presidente da Câmara para que a recomendação fosse enviada à AMP e que mais do que medir custos e impacto orçamental era necessária corrigem política para implementá-la. Que reconhecia a pertinência da luta da CDU naquele combate pela gratuidade dos transportes públicos, embora a CDU tivesse de reconhecer que não tinha o monopólio da luta progressista para melhores condições de vida fosse a que nível fosse.

Votação: aprovada por unanimidade dos 23 membros presentes no momento da votação.

Ponto 2. Deliberar sobre a 2ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais 2022.

Presidente Câmara explicou que aquela alteração se prendia com os projetos apresentados em conjunto com Vila Nova de Gaia, no âmbito do PRR das comunidades desfavorecidas, em que Espinho obteve um financiamento de cerca de 6 M€ que permitiria requalificar edifícios e implementar planos para capacitação das comunidades mais desfavorecidas.

Ana Rezende (CDU) perguntou, dentro dos projetos apresentados, em que consistiam os subprojectos constantes da tabela, dado que as designações apresentadas não eram esclarecedoras e não conseguia perceber a dimensão do apoio.



João Matos (BE) disse que receberam um documento sem um único glossário e que na tabela referida pela vogal da CDU constavam diversos subprojectos que não conheciam o que lhes suscitavam muitas dúvidas.

Filipe Pinto (PSD) disse que concordavam com as alterações apresentadas, mas tinham dúvidas quanto ao desconhecimento da objetividade dos projetos por ausência de descrição, que as retificações estavam a introduzir reduções de investimentos nas ciclovias e na construção do estádio municipal e perguntou quais os motivos para tal acontecer e qual o grau e prazo para a sua conclusão.

Presidente Câmara esclareceu que a metodologia escolhida para a AMP foi a criação de lotes para a apresentação de candidaturas. Que existiam projetos que se aplicavam só a Espinho, outros só a Vila Nova de Gaia e outros ainda, aos dois municípios. Que os fundos foram conseguidos pela AMP e no plano existiam nove linhas de atuação que eram o desafio urbanístico, o desafio ambiental, em termos de recolha e gestão de resíduos urbano, eficiência hídrica e energética, que foram sucessivamente adiados, o desafio da saúde e segurança, desafio das qualificações e competências, desafio cultural, desafio digital, desafio da nova geração de equipamentos, desafio institucional e desafio da inovação. De seguida, explicou em que consistia cada um dos projetos e programas. Respondendo ao vogal Filipe Pinto, disse que já não havia ciclovias para fazer. Que o município não iria avançar com a requalificação da Rua 19, sendo que o dinheiro foi distribuído por outros projetos, porque não era possível fazer o projeto pelo valor orçamentado, porque implicaria o abate da maioria das árvores, e também porque fustigaria os comerciantes com mais obras. Disse que o estádio estava num processo de profunda reestruturação porque o projeto de especialidades continha muitas debilidades e que, por motivo de dificuldades do atual empreiteiro, seria feita uma cedência contratual a um empreiteiro com capacidade para executar a obra e que o valor da empreitada ainda iria aumentar mais, prevendo-se que estádio esteja a funcionar, embora não na totalidade, em setembro do próximo ano.

João Matos (BE) disse que apesar das explicações dadas, o discurso e o documento estavam peçados de uma capacidade de encenação da novidade, da bazofia modernizadora, desafiando o Presidente da Câmara a abdicar daquela capacidade e passar a ter intervenções verdadeiramente esclarecedoras. Perguntou para que se destinava concretamente a verba de 212 mil euros para capacitação e qualificação constante no quadro da pág. 3 do documento apresentado e ainda no plano mais

saúde mental, plano municipal criação de equipas comunitárias, se estava concertado com a coordenação nacional para as políticas de saúde mental. Disse que a vereadora da Educação os devia esclarecer quanto ao projeto Ubuntu, se estava homologado e certificado pelo Ministério da Educação, quais eram as instituições. Finalizou dizendo que continuavam na escuridão e que o BE votaria contra o documento.

Ana Rezende (CDU) disse que não foram explicadas as questões por ela colocadas e perguntou como seriam alocados cerca de 6M€ obtidos num programa no âmbito do PRR, destinado a comunidades mais desfavorecidas. Disse que viviam num concelho com gravíssimos problemas sociais, onde as comunidades mais desfavorecidas estavam mais do que identificadas e que estavam a fazer floreados com a alocação da verba obtida, não melhorando as condições de vida daquelas comunidades. Que se percebia que parte daquelas verbas destinavam-se a terminar a requalificação de áreas urbanas nomeadamente na cidade de Espinho. Disse que a CDU votaria contra.

Alexandra Bastos (PSD) disse que os processos eram difíceis de analisar e que as verbas tinham sido encaixadas, mas que existiam muitas necessidades prementes e urgentes que ficavam por realizar e que lhe parecia que eram projetos alargados no tempo. Que na prática o documento foi apresentado por haver uma necessidade de alteração orçamental com um problema administrativo para ser resolvido. Disse que o PSD abster-se-ia.

Abel Santos (PSD) disse que o documento precisava de mais detalhe e que apesar das explicações dadas, estavam a falar de verbas bastante significativas, e não sabiam os enquadramentos, objetivos e de que forma se iriam operacionalizar.

Ana Paula Africano (PS) disse que havia mérito em se ter conseguido aquele financiamento para Espinho e que não devia ser escamoteado. Concordava que no documento faltava informação, mas que o Presidente da Câmara tinha ali dado explicações mais detalhadas e pediu para lhes serem dados mais detalhes, futuramente, sobre aqueles projetos. Estava claro que aquele financiamento visava áreas importantes para o concelho, com um potencial para as comunidades e que deviam ser bem aplicados, de forma criteriosa porque criavam iniciativas positivas, mas também encargos permanentes.



Teixeira Lopes (PS) disse que os programas apresentados no quadro eram um sentido de uma política de modernidade e desenvolvimento. Da sua leitura perpassava a ideia de que era ambicioso, mas ainda bem que era, de que era global porque se dirigia a vários setores da população, como as da terceira idade, pessoas ativas, juventude e tentava também aproximar as freguesias do centro, procurando contaminar as freguesias com aquilo que era Espinho, o que era extraordinariamente importante. Que a qualificação e a capacitação traziam a possibilidade de promover e atingir oportunidades de transformação, tinha o objetivo de tentar desenvolver a criatividade. Que o plano do PS queria contribuir para que se tornasse mais fácil a ligação com a periferia e ao mesmo tempo proporcionar trocas de caráter cultural e emocional e promover a afetividade.

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que o que arrepiava a CDU era como seriam utilizadas os 6 milhões de euros, e que a maioria dos projetos não se destinavam a populações mais desfavorecidas.

João Matos (BE) protestou dizendo que aquele documento era mais "um café sem cafeína", provando-lhes que estava de volta o bom e velho PS que só beneficiava a vida de alguns e que na sua omissão documental, da imaterialidade dos projetos estava a vender o que não havia, nem o que sabia explicar.

Abel Santos (PSD) protestou dizendo que tinha dificuldade em acompanhar o virtuosismo do vogal Teixeira Lopes que via no documento tudo em rosa. Que quem fazia perguntas não desconfiava, mas apenas esperava respostas.

Nuno Almendra (PSD) perguntou ao Presidente da Câmara se, no imediato e face à situação económica do país, se existia na revisão orçamental alguma verba para fazer face às necessidades imediatas e prementes da comunidade espinhense.

Presidente CME disse que todos os municípios estavam preocupados com a situação. Que o município de Espinho tinha as despesas correntes a aumentarem e tinham equipamentos municipais muito pouco eficientes, sendo que as reformas que não foram feitas tinham peso nas despesas correntes e também o aumento dos juros, o que lhes causava alguns constrangimentos de funcionamento. Que estavam a organizar as finanças no sentido de acautelar aquelas despesas. Disse que existiam regras para investir o dinheiro recebido e resolvendo o problema em algumas

comunidades desfavorecidas não precisariam de, no futuro, continuar a ajudá-las. Disse que era com alguma perplexidade que constatava que o BE e a CDU estavam contra a requalificação da USF da Marinha, contra a aquisição de viaturas elétricas para as pessoas com dificuldades de deslocação, contra a recuperação da Vila Manuela com programas de capacitação, que visavam as comunidades mais desfavorecidas.

Presidente da AM esclareceu naquela revisão orçamental estava previsto o reforço de 414 mil euros, sendo que 60% destinavam-se a custos derivados de combustível. Recomendou que lessem o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da AMP, no qual, no seu ponto 4 – Eixos de Intervenção - podiam enquadrar qualquer um daqueles projetos

Votação: aprovado com 14 votos a favor, 2 votos contra e 9 abstenções

Pelo vogal do BE foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Na sua intervenção última acerca deste ponto, o Sr. Presidente do Executivo mencionou que o BE votaria contra determinadas medidas com impacto social no concelho. Este simplismo redutor utilizado num tempo que não lhe cabia para esclarecimento de uma questão concreta de um vogal de outro grupo, leva-me a afirmar nesta declaração que seria bom que esse simplismo redutor fosse utilizado pelo Sr. Presidente para esclarecer documentos que estão repletos de uma nebulosa inaceitável”

Pela vogal da CDU foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Esta declaração seria escusada, não fosse esta última intervenção do Sr. Presidente da Câmara que se fez desentendido quanto às intervenções da CDU sobre este ponto. Não estamos contra a reabilitação da escola básica em Guetim, contra a criação do Centro de Saúde da Marinha ou a aquisição de viaturas elétricas e seus postos de abastecimentos, numa ótica de mobilidade, nada disso estava ali em causa, mas sim a nebulosa de alguns projetos apresentados e que não se via como se aduz no imediato num benefício para comunidades mais desfavorecidas. As perguntas foram legítimas, mas não obtiveram resposta e, sem resposta, a CDU não passa cheques em branco, muito menos sobre dinheiros públicos, financiados, ou não, quer pela República Portuguesa quer pela união europeia.”

Ponto 3. Deliberar sobre os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, no Domínio da Educação, do Município de Espinho nos Agrupamentos



de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida e Dr. Manuel Laranjeira para o período compreendido entre 1/9 a 31/12 de 2022

Vereadora Maria Manuel Cruz esclareceu que, tendo terminado em 31 de agosto o primeiro contrato interadministrativo, foram celebrados novos por motivo das refeições, nas Escolas Manuel Laranjeira, Manuel Gomes de Almeida e Escola Sá Couto, serem confeccionadas nas próprias escolas, e também devido aos transportes escolares dos meninos com necessidades educativas especiais que passavam para o município.

João Matos (BE) perguntou se as mulheres que iriam confeccionar as refeições estavam protegidas por vínculo laboral ou se estavam em regime de outsourcing ou se seria uma empresa que as iria preparar, porque, chegado o mês de junho, aquelas mulheres ver-se-iam desamparadas e uma vez mais desempregadas.

Ana Rezende (CDU) disse que estava preocupada com a gestão quase trimestral das necessidades básicas dos agrupamentos e das escolas. Perguntou se se devia a problemas de encaixe das verbas transferidas do estado central ou se se tratava de uma situação excepcional por se tratar do primeiro ano. Perguntou, tendo em conta que o ano letivo não coincidia com o ano civil, como se perspectivava, no futuro, a transferência daquelas verbas para ficar assegurado sem sobressaltos.

Vereadora Maria Manuel Cruz esclareceu que as pessoas da cantina nas Escolas Manuel Laranjeira, Manuel Gomes de Almeida e Escola Sá Couto eram trabalhadores da autarquia, pelo que não ficavam desempregados. Esclareceu que ainda não conseguiram aquela política em todas as escolas desde o primeiro ciclo ao secundário, porque requeria a contratação de funcionários e, portanto, tinham de fazer a previsão no mapa de pessoal. Que muitos contratos de luz, de gás, etc., que as escolas tinham terminavam durante aqueles meses ou no final do ano, e que a autarquia tinha de ver se conseguiam preços melhores, pelo que estavam a fazer contratos interadministrativos passo a passo. Que, atualmente, as crianças da Escola Espinho 3 tinham as refeições asseguradas pela empresa que fornecia as escolas do primeiro ciclo e quando integrassem a Escola Sá Couto, previa-se que passassem a ter refeições ali confeccionadas, razão também pela qual os contratos não podiam ser feitos com maior prazo.

João Matos (BE) disse que o processo de descentralização, de transferência de competências suscitavam-lhes enormes preocupações e, para o Bloco, qualquer princípio descentralizador, significaria sempre melhor serviço público e reforço do poder popular e em concordância com o aquele entendimento acerca daquela transferência de competências que resultava de um acordo entre PS e PSD, o que não podia ser escamoteado, o BE votaria contra.

Ana Rezende (CDU) perguntou novamente como seria gerida a transferência das verbas do estado Central para a autarquia em matéria de educação, se era uma tranche anual ou com periodicidade. Disse que a CDU abster-se-ia na votação porque não concordavam com o processo da transferência de competências, dado ser uma demissão do estado central das suas tarefas fundamentais constantes na constituição, que não era uma regionalização mas sim um ónus incrível para amarfancar ainda mais o poder local e um ataque às autarquias que não estavam dotadas de meios financeiros, técnicos humanos e operacionais, embora a CDU compreenda que o ano letivo tinha de continuar e que tinham de ser garantidas as condições para funcionamento das escolas.

Vereadora Maria Manuel Cruz esclareceu que a verba foi transferida numa tranche e que tinham uma comissão de acompanhamento que estava a fazer o levantamento de todos os gastos feitos pelo município para verificar se a verba enviada era suficiente, caso não fosse teriam de pedir mais

Alexandra Bastos (PSD) disse que ficou satisfeita em saber que existia a comissão de acompanhamento e que estavam expectantes em ver como iria decorrer o processo pelo que o PSD iria optar pela abstenção.

Votação: aprovados com 14 votos a favor, 1 voto contra e 10 abstenções

O Presidente da Assembleia propôs ao plenário que discutissem o ponto 5. Deliberar sobre a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022, dado o adiantado da hora e a urgência do assunto. Não havendo oposição, deu à palavra à Câmara para expor o assunto

Tomou a palavra a vereadora Maria Manuel Cruz que esclareceu que precisavam de contratar mais assistentes operacionais, especialmente para a cozinha nas escolas, dado haver muitos funcionários de baixa médica nas escolas



Ana Rezende (CDU) perguntou se aquela alteração ao mapa de pessoal contemplava apenas o que a Sra. Vereadora referiu ou se não estava também previsto alocar novos trabalhadores para outros serviços da Câmara

João Matos (BE) disse que o documento não continha nenhuma súmula que os elucidassem com clareza sobre a pretensão do executivo em alterar o seu mapa de pessoal. Perguntou que tipo de contrato de trabalho estava previsto para aqueles assistentes operacionais. Perguntou também se estava ou não previsto postos de trabalho de outra natureza.

Vereadora Leonor Fonseca explicou que a alteração não era apenas para os estabelecimentos de ensino e que a Câmara teve de abrir outros procedimentos concursais para outras áreas, nomeadamente para 2 coveiros para o cemitério, para o atendimento nos parques de estacionamento do FACE e do Recafe, para a digitalização dos processos individuais de todos os trabalhadores, para a limpeza e higiene. Referiu que a faixa etária dos trabalhadores da Câmara Municipal era já bastante avançada, em que muitos estavam prestes a entrar na reforma e por outro lado para a área da ação social que a Câmara Municipal iria assumir em janeiro 2023.

Ana Rezende (CDU) disse que tinha visto 9 novos postos de trabalho para a Educação, mas, depois da explicação da Sra. Vereadora, ficou sem perceber quantos mais seriam. Que já era a 2ª alteração ao Mapa de Pessoal e era patente a falta de visão estratégica e de planificação do executivo.

João Matos (BE) disse que não obteve resposta quanto ao vínculo dos trabalhadores e constatava que havia falta de planeamento embora se percebesse, que à semelhança de quase toda a administração pública, a breve trecho, haveria problema de renovação de pessoal. Disse que o BE não faria do seu voto um ledro engano.

Alexandra Bastos (PSD) disse que era o primeiro ano de gestão e compreendia-se que se estivessem a adaptar às necessidades do município. Que o PSD se iria abster na votação, sendo certo que havia necessidades que já tinham sido indicadas, nomeadamente as dos parques de estacionamento.

Vereadora Leonor Fonseca disse que tomaram posse em 15 de outubro e o Plano de atividades e o orçamento e o mapa de pessoal foram o possível, sendo que tinham agora melhor noção da realidade para poderem apresentar um mapa de pessoal que

não necessitasse de sucessivas alterações. Referiu que estavam a falar de 16 novos postos de trabalho. Sobre os vínculos de trabalho, disse que, para os coveiros eram contratos efetivos e para as escolas eram contratos a termo resolutivo certo, por ser a forma mais célere para a contratação, embora não significasse que não viessem a pertencer aos quadros.

João Matos (BE) disse que era impossível caucionar um documento daquela natureza e dimensão, percebendo-se que o executivo não tinha a menor conta do recado do que ali se fazia.

Votação: aprovado com 14 votos a favor, 1 voto contra e 10 abstenções.

Declarações de voto:

Pela vogal da CDU foi apresentada a seguinte declaração de voto: "A CDU absteve-se pelas mesmas razões do ponto anterior. Temos consciência que os processos não podem ficar paralisados, mas temos reservas que seja esta a melhor forma de se trabalhar, não era apenas a questão dos vínculos laborais que os preocupam e a precarização de alguns postos de trabalho, mas também e fundamentalmente esta forma que o executivo continuava a demonstrar que era os mesmos vícios dos três primeiros meses. Isto é um desnorte, não era forma de o município poder trabalhar e levar as coisas a bom porto, não só a questão burocrática dos procedimentos, mas saber gerir bem a autarquia a pensar nas pessoas e no bem-estar de todos. O que se via era que andavam a gerir ao sabor do acontecimento e isso não vai dar bom resultado".

Decorrido o tempo regimental para a duração da sessão, o Presidente da Assembleia colocou à consideração do plenário a sua continuação para discussão do ponto: Deliberar sobre a adenda aos Contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia no âmbito do investimento em infraestruturas e rede viária – Freguesia de Espinho e União de Freguesias de Anta e Guetim. Não havendo oposição, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal.

Presidente CME esclareceu que eram verbas devidamente viabilizadas financeiramente no exercício anterior e não foram executadas e que as Juntas de Freguesia demonstraram vontade e projetos para executar.



João Matos (BE) perguntou a razão de apenas estar contempladas duas freguesias. Disse que, naqueles casos, como vinha a acontecer no resto do país, normalmente havia acordo entre as Juntas de Freguesia e que o BE não tinha qualquer preconceito relativamente à capacidade das Juntas de Freguesia tomarem competências que cabiam aos municípios, acrescentando que o BE nunca aceitaria transferência de competências que se traduzissem, por falta de alegada competência ou carência de recursos, em externalizações e em recursos aos privados para que se cumprissem serviços públicos indispensáveis às populações.

Presidente JF Anta e Guetim disse que se tratava de um contrato interadministrativo para manutenção de infraestruturas na rede viária e que nenhuma das juntas de freguesia tinha funcionários, nem material para pavimentar ruas.

João Matos (BE) disse que foi a sua intenção alargar o âmbito e esclarecer que naquele processo de transferência de competências, o BE jamais caucionaria qualquer externalização de serviços indispensáveis às populações. Voltou a perguntar a razão do acordo contemplar apenas duas freguesias.

Presidente CME esclareceu que contemplava apenas duas freguesias porque foram verbas que não estavam executadas, mas que estavam cabimentadas e passaram para o ano corrente, sendo que as outras duas juntas de freguesia não tinham aquela falta de execução.

Presidente da AM perguntou com que fundamento orçamental a adenda seria paga, uma vez que o documento referia que as intervenções não ficaram cabalmente asseguradas pelo valor orçamentado nos documentos previsionais para o ano 2022 e também naqueles documentos também não aparecia a cabimentação.

Presidente CME disse que as verbas foram cabimentadas no âmbito de reajustes de outras obras a decorrer e cujos valores equacionados não seriam executados naquele ano, tendo aqueles valores sido alocados para aquelas obras, entre outras.

Presidente da AM disse que devia ter sido enviado à Assembleia a cabimentação.

Presidente da CM disse que estava tudo devidamente cabimentado.

Ana Rezende (CDU) disse que compreendia que devia ser muito aborrecido o executivo ter de dar explicações, mas lembrou que a Assembleia era o órgão fiscalizador da atividade do executivo e que o dever de informação tinha de ser cabal e completo, tanto com os documentos como com as explicações ali dadas.

Presidente JF Anta e Guetim disse que, na sua opinião, e correndo um risco de cometer um erro, a cabimentação só era necessária se o documento presente fosse aprovado pela Assembleia Municipal porque, se não fosse aprovado, não seria necessária.

Abel Santos (PSD) disse que estava ali levantada uma dúvida e que se devia fazer chegar a todos os vogais a documentação em falta e depois fazer-se a votação do documento

Presidente da AM disse que não sabia se estava ou não o em falta pelo que o ponto ficava adiado até obterem o esclarecimento

Presidente JF Anta e Guetim voltou a referir que, na sua opinião, se não houvesse autorização da Assembleia para a adenda também não haveria necessidade da cabimentação, acontecendo o mesmo com o primeiro contrato interadministrativo que não estava cabimentado e eram feitos por autorizações prévias genéricas no âmbito do orçamento. Disse ainda que, na sua opinião, aquela adenda não precisava de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, cabendo no âmbito das autorizações prévias genéricas. Disse que as Juntas de freguesia necessitavam da adenda para fazer a manutenção das infraestruturas até ao final do ano em curso.

Ana Rezende (CDU) disse que o que lhe tinha levantado mais dúvidas tinha sido a intervenção do Presidente da CM sobre as verbas que existiam e alocadas a outras obras, não percebendo a engenharia financeira ali feita. Que precisavam de perceber concretamente onde estava e de onde veio aquela verba.

Presidente CM disse que subscrevia a intervenção do Presidente da JF de Anta e Guetim e acrescentou que a verba estava cabimentada. Que na sua intervenção referiu que estavam a decorrer algumas obras que conseguiram antecipadamente prever que não seriam executadas de acordo com o previsto em 2022, sendo que as verbas foram alocadas para outros gastos, nomeadamente para aquelas obras das



Juntas de Freguesias, e outros, como trabalhos complementares, aumento do gás, pagamento de juros.

Presidente da AM disse que tinha sido induzido em erro pelo texto da adenda que referia que as intervenções não ficaram cabalmente asseguradas pelo valor orçamentado nos documentos previsionais para o ano 2022. Disse que que, de facto, as verbas foram devidamente cabimentadas em 30/08/2022, e verificou que as cabimentações constavam na última página dos documentos enviados à Assembleia Municipal.

Votação: aprovadas com 14 votos a favor, 11 abstenções.

A reunião foi dada por encerrada, tendo o Presidente da Assembleia informado que se marcaria a sua continuação posteriormente, sendo os vogais devidamente informados da data da próxima reunião.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
